

TERMO DE REFERÊNCIA

TR Nº 007-2024/GAPRO/DT

TRANSPORTE DE 1 VLT NA MODALIDADE IDA E VOLTA – MAC
x BSB X MAC

GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO

DIRETORIA TÉCNICA





1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	4
2. OBJETO	5
3. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO	5
4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O TRANSPORTE	5
5. DA VISITA TÉCNICA	7
6. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	7
7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	9
8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO	10
9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	10
10. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÕES	11
11. GARANTIA	12
12. CRITÉRIOS DE REVISÃO CONTRATUAL	12
13. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	12
14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	13



TERMO DE REFERÊNCIA 2024

TR Nº 007-2024/GAPRO/DT

GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO

DIRETORIA TÉCNICA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de carregamento, transporte rodoviário e descarregamento de carga interestadual, em caminhão aberto (tipo prancha), cujas cargas são 1 (um) Veículo Leve sobre Trilhos, compreendendo os serviços: Coleta na Superintendência Regional de Maceió-AL e entrega no Terminal Rodoferroviário de Brasília-DF e retorno, Coleta no Terminal Rodoferroviário de Brasília-DF e entrega na Superintendência Regional de Maceió-AL no 2º semestre de 2025.

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

Necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de carga interestadual, em caminhão aberto (tipo prancha), para transporte de 01 (um) VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) composto por 03 carros (01 reboque e 02 motor) de fabricação da BOM SINAL, compreendendo o serviço de coleta em Maceió/AL, entrega em Brasília/DF e desacoplamento, acoplamento e testes de funcionamento e movimentação do VLT, conforme condições e exigências estabelecidas pela CBTU. Posteriormente no 2º semestre de 2025, após todos os testes operacionais experimentais executados pela CBTU no trecho ferroviário Brasília x Luziânia será realizado o retorno, compreendendo o serviço de coleta do material rodante no Terminal Rodoferroviário de Brasília-DF e entrega na Superintendência Regional de Maceió-AL.

Esta demanda surgiu por parte do recurso disponibilizado pela Bancada de Goiás, da Câmara dos Deputados, para que a CBTU elaborasse um EVTEA – Estudo de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental para a viabilidade do projeto de transporte de passageiros sobre trilhos entre Brasília e Luziânia e que fosse previsto a operação em caráter experimental ao longo de 2024 da operação assistida do VLT, a ser cedido pela CBTU, e que assim seja previsto as necessidades futuras para que seja de fato operacionalizado o transporte de qualidade e funcional para a população de Goiás e entorno.

O objeto do presente Termo de referência é essencial para que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) possa, com sua expertise, iniciar o transporte de passageiros sobre trilhos, entre as cidades de Brasília/DF e Luziânia/GO, numa extensão de 60 km, pertencente a malha centro-leste da Ferrovia Centro Atlântica – FCA (Atual VLI), em operação experimental de trem de passageiros, com a circulação VLT que será transportado. Esta iniciativa dará oportunidade a população destas cidades de ter mais um modal de transporte a sua disposição para deslocamentos para o trabalho, estudos, lazer, etc.

A CBTU está à frente desta implantação da operação deste trecho, Brasília/DF - Luziânia/GO, que entrará em operação em fase experimental, onde serão validados os dados dos Estudos Técnicos elaborados que corroborarão para a operação definitiva do trecho ferroviário trazendo benefícios diretos e indiretos as cidades do entorno.

As tratativas para que este projeto seja implantado estão sendo realizados entre a CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, FCA – Ferrovia Centro Atlântica (atual VLI) e os governos de Goiás e do Distrito Federal, bem como a interveniência da Bancada de Goiás da Câmara dos Deputados.

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de carregamento, transporte rodoviário e descarregamento de carga interestadual, em caminhão aberto (tipo prancha), cujas cargas são 1 (um) Veículo Leve sobre Trilhos, compreendendo o serviço de coleta na Superintendência Regional de Maceió – STU/MAC e entrega no Terminal Rodoferroviário de Brasília/DF. Posteriormente no 2º semestre de 2025, após todos os testes operacionais experimentais realizados pela CBTU no trecho ferroviário Brasília x Luziânia será realizado o retorno, compreendendo o serviço de coleta do material rodante no Terminal Rodoferroviário de Brasília-DF e entrega na Superintendência Regional de Maceió-AL. Conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência. Sendo o serviço de Natureza Comum.

3. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

A contratação que se pretende analisar e mensurar no decorrer deste documento tem por objeto à necessidade de contratação de serviço de movimentação, compreendendo ida, testes experimentais e volta, de Maceió até Brasília do VLT Mobile 3 da Superintendência de Maceió, fabricada pela Bom Sinal Indústria e Comércio LTDA, e adquirida pela CBTU conforme contrato nº 020-2009/DT.

A movimentação do VLT visa possibilitar a operacionalização experimental que balizará as justificativas técnicas para a contratação em questão baseada na necessidade da realização de Estudo de Viabilidade solicitado pela Bancada de Goiás, da Câmara dos Deputados, através do aporte financeiro de R\$ 8.446.651,00 para a realização dos estudos necessários, do trajeto entre Luziânia e a Rodoferroviária de Brasília, localizada no Saa. Serão também apresentadas considerações da área demandante, de forma a avaliar a melhor forma de contratação, tanto em relação aos recursos financeiros, quanto à operacionalização das demandas envolvidas no processo de contratação.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O TRANSPORTE

Será transportado um total de 1 VLT Mobile 3, composto por 2 carros motor e 1 carro reboque com especificações e quantidades mostradas na tabela abaixo:

Material rodante	Marca	Modelo	Qt de.	Comprimento (m)	Altura (m)	Largura (m)	Peso (Ton)
VLT Mobile 3	BOM SINAL	Carro Motor	02	18	3,76	2,85	37,3
VLT Mobile 3	BOM SINAL	Carro Reboque	01	18	3,76	2,85	35,8

Considerando a justificativa e necessidade de contratação, bem como a especificação técnica o transporte deve ser realizado com os seguintes destinos inicial e final:

IDA:

Retirada do material rodante - STU Maceió: Rua Barão de Anadia, 121, Centro – Maceió/AL. CEP: 57020-630

Destino final de entrega do material rodante - Terminal Rodoferroviário de Brasília, Epia Sul - Saa – s/nº, Brasília-DF. CEP: 70631-900

RETORNO:

Retirada do material rodante - Terminal Rodoferroviário de Brasília, Epia Sul - Saa – s/nº, Brasília-DF. CEP: 70631-900

Destino final de entrega do material rodante - STU Maceió: Rua Barão de Anadia, 121, Centro – Maceió/AL. CEP: 57020-630

Contatos telefônicos para tratativas: André Joia (61-99464-8228) ou Danilo Calache (21 98732-1598)

4.1 Da execução do serviço:

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as providências a serem tomadas para execução do serviço. A CONTRATADA na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais. O material rodante estará: No pátio da estação Maceió, localizado em Maceió (conforme endereço), estacionado sobre trilhos, o caminhão prancha deverá se posicionar próximo a cada material rodante (VLT 3 carros) para que seja realizado seu içamento através de guindastes ou qualquer maquinário necessário ao içamento. Ao serem colocados no caminhão prancha devem seus rodeiros serem calçados para evitar que se desloquem durante o trajeto da viagem. Na descarga o material rodante deverá ser colocado sobre os trilhos em local a ser definido pela CONTRATANTE no Terminal Rodoferroviário localizado em Brasília/DF. É importante ressaltar que o material rodante faz parte da frota operante da Superintendência Regional de Maceió – CBTU, portanto não poderá sofrer quaisquer tipos de avarias, supressões e/ou outros danos que inviabilizem sua plena capacidade operacional, tanto no transporte de ida para Brasília quanto no seu retorno a Maceió.

5. DA VISITA TÉCNICA

- 5.1. A visita técnica não é obrigatória. As empresas interessadas em participar da licitação poderão realizar visita técnica, caso haja necessidade. A visita tem por finalidade conhecer as áreas e os locais, bem como as possíveis interferências necessárias para realização do serviço;
- 5.2. A visita poderá ser realizada, no horário das 08:30 às 16:30h, até o penúltimo dia útil anterior à data da licitação, mediante prévio agendamento solicitado até o 5º dia útil que precede a licitação, agendando com a CBTU através dos Srs. Andre Joia (61-99464-8228) ou Danilo Calache (21 98732-1598).
- 5.3. Após a realização da visita a empresa receberá uma cópia do Atestado de Visita Técnica, que será emitido ao final da mesma.

6. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

6.1. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA:

- 6.1.1. A CONTRATADA deverá adotar todas as providências necessárias para a execução deste serviço;
- 6.1.2. Utilizar os equipamentos necessários para execução do serviço em perfeitas condições de utilização;
- 6.1.3. Observar normas internas e regulamentações da CONTRATANTE, sempre quando estiver nas dependências desta;
- 6.1.4. Designar um preposto para tratar de todos e quaisquer assuntos relativos ao andamento do contrato, devendo sempre se reportar ao Gestor e/ou Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE;
- 6.1.5. Apresentar ao final da execução do serviço, a Nota Fiscal - Fatura, para conferência, atestação, liquidação e pagamento, no prazo máximo de 30 dias, contados da entrega dos documentos na sede da CONTRATANTE, setor de Protocolo;
- 6.1.6. Manter seus empregados devidamente uniformizados com vestuário apropriado, para os serviços a executar, portando crachás de identificação para uso sobre o uniforme, de forma visível, zelando pela sua boa apresentação, sendo vedada a presença nas dependências da CONTRATANTE, de empregado trajando roupas distintas do uniforme, ou calçados considerados inadequados pela CONTRATANTE;



- 6.1.7. Responsabilizar-se perante a CONTRATANTE, por qualquer ato ou omissão de seus prepostos e / ou empregados, quando da realização dos serviços contratados;
- 6.1.8. Comunicar por escrito, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio da CONTRATANTE;
- 6.1.9. Observar e informar a todos os seus empregados designados para prestar serviços nas dependências da CONTRATANTE, das normas e procedimentos da mesma, observando seu cumprimento, principalmente no que se refere à segurança do trabalho, prevenção contra incêndio e disciplina de seus empregados;
- 6.1.10. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos ou faltas causadas pelos seus empregados, aos bens da CONTRATANTE, e/ou terceiros;
- 6.1.11. Toda e qualquer avaria sofrida pelo material rodante decorrente das operações de carga, descarga e transporte deverá sua recuperação ocorrer por conta da CONTRATADA;
- 6.1.12. Providenciar o seguro (*ad valorem*) da carga;
- 6.1.13. Providenciar maquinário necessário ao içamento do material rodante no momento de carga e descarga do mesmo;
- 6.1.14. Providenciar a adaptação nas pranchas a serem transportados o material rodante (VLT Mobile 3), com colocação de trilhos, as amarrações e fixações necessárias para que o transporte ocorra de forma segura.

6.2. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE:

- 6.2.1. Pagar à CONTRATADA a importância devida pelos serviços prestados, de acordo com o estabelecido no Contrato, observando o disposto nas cláusulas contratuais;
- 6.2.2. Facilitar o acesso da CONTRATADA às suas dependências para a realização dos serviços, fornecendo as informações solicitadas quando estas forem inerentes à prestação dos serviços;
- 6.2.3. Designar, por escrito, um ou mais profissionais de seus quadros, para servirem de elemento de ligação com a CONTRATADA, no acompanhamento de todos os assuntos inerentes ao objeto do Contrato;
- 6.2.4. Disponibilizar local para guarda dos equipamentos necessários para execução do serviço;

6.2.5. Providenciar junto à CBTU a emissão da Nota Fiscal de Remessa do material rodante, que será emitida pela CBTU;

6.2.6. Disponibilizar toda e qualquer informação necessária para a CONTRATADA, pertinente a realização do serviço.

6.3. Exoneração de responsabilidades:

6.3.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior;

6.3.2. As partes cuja prestação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução pactuada;

6.3.3. Cessado o impedimento, retoma-se a execução do contrato, prorrogado o respectivo prazo de tantos dias quanto tiverem sido os de sua paralisação, ressalvada à CONTRATANTE, se essa paralisação tiver sido superior a 10 (dez) dias, a faculdade de rescindi-lo nos termos deste instrumento.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1.A CONTRATANTE receberá definitivamente o serviço, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da entrega dos veículos transportados no local indicado neste Termo, e após a verificação do atendimento às especificações ora apresentadas, com fiscal preposto da CONTRATANTE atestando Nota Fiscal referente à prestação do serviço;

7.2.Se o serviço não foi de acordo com a especificação ou demais condições constantes neste Termo, a CBTU notificará o fornecedor para correção de inconsistências, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

7.3.O reparo de quaisquer danos ou avarias decorrentes da inadequação dos procedimentos adotados, ou outros quaisquer relacionados ao embarque ou desembarque dos equipamentos ou componentes será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

7.4.O prazo máximo para resolução de inconsistência proveniente do serviço prestado pela CONTRATADA será de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela CONTRATANTE.

7.5.A CONTRATANTE não se responsabilizará por avarias em componentes de quaisquer dos materiais rodantes transportados decorrentes do acondicionamento inadequado desses veículos durante o transporte;

7.6.A CONTRATADA será responsável pela contratação, movimentação, expedição e transporte dos equipamentos, em suas perfeitas condições operacionais, das suas instalações ou de seus subfornecedores até as instalações da CONTRATANTE, garantindo a integridade dos itens transportados até os locais indicados;

8. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1.A apresentação da proposta deve seguir o formato apresentado no Anexo “Modelo de Proposta de Preço”;

8.2.O critério de julgamento de proposta mais vantajosa será o de Menor Preço Global desde que atendidas às exigências técnicas do Edital sendo, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das ME's, EPP's e MEI's previstas na Lei Complementar nº 123/2006. O valor estimado desta contratação é sigiloso, conforme art. 34 da Lei 13.303/2016 e art. 83 do RILC/CBTU.

8.3.O Regime de execução será Empreitada por Preço Global.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.Todos os participantes da presente licitação deverão apresentar atestado de capacidade técnica, emitida por entidade e/ou empresa reconhecida, nos quais sejam comprovados que a empresa ou o seu responsável técnico já realizou serviço de complexidade superior ou similar ao objeto do presente termo de referência, qual seja:

9.1.1. Transporte de pelo menos um equipamento com dimensões próximas ou superiores ao do VLT Mobile 3 Bom Sinal, descrita neste Termo (18m); e

9.1.2. Transporte de pelo menos um equipamento com peso próximo ou superior ao do VLT Mobile 3 Bom Sinal descrita neste Termo (37 ton).

9.2. Para efeito dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 entende-se por dimensões próximas às variações de até 5% para menos.

9.3.A licitante deverá comprovar a sua inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007), a fim de comprovar a especialização da licitante na prestação dos serviços objeto do presente termo.

10. CONSÓRCIOS, SUBCONTRATAÇÕES E COOPERATIVAS

10.1. CONSÓRCIOS

- 10.1.1. Fica vedada a formação de consórcios para a contratação do objeto deste Termo;
- 10.1.2. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

10.2. SUBCONTRATAÇÃO

- 10.2.1. Será permitida a subcontratação do objeto, desde que haja autorização prévia por parte da CONTRATANTE e cumprimento, pela subcontratada dos requisitos de qualificação técnica necessários para execução dos serviços;
- 10.2.2. O contratado originário deve submeter à apreciação da CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do (s) pretendente (s) subcontratado (s) e da respectiva documentação, que deve corresponder a exigida para habilitação nesta licitação;
- 10.2.3. A subcontratação de que trata este item não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante o órgão licitante quanto à qualificação técnica da obra ou do serviço prestado;
- 10.2.4. A subcontratante e subcontratada deverão celebrar o Contrato de subcontratação, no qual a CONTRATANTE comparecerá na condição de interveniente anuente;
- 10.2.5. Em qualquer hipótese, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto contratado, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 10.2.6. Não será permitida a subcontratação total do serviço. Será permitida a



subcontratação de até 30% do total do serviço. A subcontratação de contratos firmados entre a Administração Pública e a empresa se trata de uma forma de possibilitar que se ofereça e execute serviços mais especializados, que constituam pequena parte do objeto do contrato. O referido percentual foi estimado em serviços de içamento, carga ou descarga, principalmente.

10.2.7. A subcontratação sem a autorização da CBTU a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à CONTRATADA as sanções previstas neste contrato.

10.2.8. A CONTRATADA é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

10.3. COOPERATIVAS

10.3.1. Não será permitida a contratação de cooperativa, visto que as atividades necessárias à execução do objeto demandam a existência de profissional técnico capacitado, bem como registro no órgão de avaliação competente.

11. GARANTIA

11.1. Garantia de execução:

11.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução contratual no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do total do contrato.

11.2. Seguro da carga:

11.2.1. A CONTRATADA deverá incluir em sua proposta o seguro da carga (*Ad Valorem*), onde deve ser considerado o valor da carga de cada lote (detalhada nos anexos do processo) em reais (R\$). A carga deve estar segurada em todas as etapas do serviço: carga (coleta), transporte, descarga (entrega);

11.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar o Seguro do objeto a ser transportado antes de iniciar a retirada dele para colocação nos caminhões e posterior transporte.

12. CRITÉRIOS DE REVISÃO CONTRATUAL

12.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável;

12.2. As condições e sugestões pré-concebidas para fatos supervenientes à assinatura do contrato que alterem o equilíbrio do mesmo estão dispostas no Anexo “Matriz de Risco”.


13. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 13.1. O prazo de execução será de 12 meses contados 03 (três) dias úteis após a data de assinatura da Ordem de Execução expedida pela CBTU.
- 13.2. A vigência do contrato abrangerá as etapas de aprovação e recebimentos definitivos conforme previsto no RILC, totalizando 13 (treze) meses, contados após a data de assinatura do Contrato.
- 13.3. O prazo previsto de vigência do Contrato poderá ser suspenso ou prorrogado em virtude de caso fortuito ou de força maior. Nestes casos, será comunicado o fato à CONTRATANTE por escrito, a qual, se aceitar suas razões, suspenderá ou prorrogará as obrigações contratuais, enquanto perdurem os motivos relevantes invocados e aceitos, atribuindo-se ao contrato, a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão dos serviços.


14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 14.1. A CONTRATANTE nomeará prepostos (um gestor e um fiscal, pelo menos), que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato, à luz do instrumento contratual, tratando das pendências e levando-as às autoridades competentes, para dirimi-las caso se faça necessário;
- 14.2. O Fiscal da CONTRATANTE deve informar ao Gestor sempre que constatada alguma irregularidade com a execução ou faturamento do serviço contratado, o qual (o gestor) fará as tratativas com o responsável da CONTRATADA para dirimir questões ou aplicar sanções, quando cabível;
- 14.3. A ausência ou omissão da Fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Contrato;
- 14.4. As inspeções para verificação e medição dos serviços realizados deverão ocorrer com acordo prévio de datas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Brasília, 11 de julho de 2024

Documento assinado digitalmente
 **ANDRE CORREA JOIA**
Data: 15/07/2024 13:43:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andre Correa Joia
Analista Técnico – Eng Civil
Adj DT - CBTU/AC

Documento assinado digitalmente
 **JOSE JURANDI LOPES CAMPOS**
Data: 11/07/2024 18:20:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jose Jurandi Lopes Campos
GAESP - CBTU/AC

MATRIZ DE RISCO

1. RISCOS RELATIVOS ÀS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PRESENTES NO TERMO DE REFERÊNCIA

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
1.1	Estimativa de prazo de execução incorreta	Prazo não é atingível por erro de estimativa na elaboração do Termo de Referência	CBTU	Baixa	Muito Baixa	CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para atraso na entrega total ou de etapas da execução, ficará então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se acata a justificativa e estende o prazo ou se aplica as sanções contratuais previstas.
1.2	Alterações de especificações/condições do TR por parte da CBTU	Alterações de especificações/condições do TR por parte da CBTU com acréscimo de custos ao CONTRATO. Fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução do Termo de Referência	CBTU	Média	Baixa	Gestor designado pela CBTU deve elaborar relatório detalhado da(s) alteração(ões) proposta(s) com as respectivas justificativas e solicitar reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.
1.3	Alterações de especificações/condições do TR por solicitação da CONTRATADA	Alterações ou complementações de especificações/condições do TR por solicitação da CONTRATADA, com diminuição ou acréscimo de custos ao CONTRATO	AMBOS	Média	Média	Caso a CONTRATADA detecte falhas ou ausência de especificação no TR durante a execução, deverá elaborar relatório detalhado das alterações propostas, com custos ou ganhos compartilhados, para o Gestor designado pela CBTU. Se considerado justificável e viável ou necessário, o Gestor designado pela CBTU deve solicitar reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

MATRIZ DE RISCO

2. RISCOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
2.1	Erro na estimativa de custos por parte da CONTRATADA para os serviços e materiais já informados	Subdimensionamento de custos por parte da CONTRATADA ou ausência de insumos existentes na elaboração dos preços ofertados	CONTRATADA	Alta	Baixa	TR/EDITAL deve prever visita técnica.
						Todos os materiais, serviços e despesas correlatas são obrigação da CONTRATADA dentro do preço ofertado, devendo ela arcar com os custos decorrentes de erros orçamentários. Em caso de comprometimento da execução contratual por conta disto, cabe à fiscalização da CBTU aplicar as sanções previstas.
2.2	Atraso de conclusão total ou de etapas da execução	A CONTRATADA atrasa a entrega total ou de etapas da execução	CONTRATADA	Média	Baixa	CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para atraso na entrega total ou de etapas da execução, ficará então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se acata a justificativa ou se aplica as sanções contratuais previstas.
2.3	Custos adicionais causados por roubo, furto, vandalismo, depredações, acidente no carregamento rodoviário e/ou içamento, perdas ou qualquer imprevisto dessa natureza.	Enquanto o(s) material(is) rodante(s), ou quaisquer de suas partes, estiver sob responsabilidade da CONTRATADA	CONTRATADA	Alta	Baixa	Nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA, podendo-se recorrer ao seguro para reparação financeira.
2.4	Segurança no trabalho	Custos causados por acidentes de trabalho, segurança inadequada ou ausente	CONTRATADA	Alta	Baixa	Nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA, dado que a execução, e todos os seus requisitos práticos, é de sua atribuição.

MATRIZ DE RISCO

2.5	Responsabilidade civil quanto a terceiros	Custos por prejuízos causados a terceiros	CONTRATADA	Média	Baixa	O contrato deve prever que nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA. Contratação de seguro pela CONTRATADA.
2.6	Casos fortuitos ou força maior	Custos gerados por caso fortuito ou força maior	AMBOS	Média	Muito baixa	Exigência de seguro, por parte da CONTRATADA, para o contrato. CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para a elevação de custos. Ficarà então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se a justificativa será acatada mediante reequilíbrio econômico-financeiro.
2.9	Atraso na liberação de instalações ou documentos	Custos gerados por atrasos da CBTU na liberação de locais ou instalações ou na entrega de documentos	CBTU	Média	Baixa	CONTRATADA deve incluir em sua proposta comercial tudo quanto for necessário, em especial por parte da CBTU, informando os prazos, para evitar imprevistos na liberação. Gestor da CBTU deve elaborar relatório apresentando detalhadamente os fatos ocorridos e solicitar reequilíbrio econômico financeiro do contrato.
2.10	Falhas de execução	Defeitos de execução dos SERVIÇOS causados pela CONTRATADA ou seus subcontratados, se houver	CONTRATADA	Alta	Média	Exigência de qualificação técnica no TR, seguro garantia, qualificação técnica de subcontratados. A CBTU deve prever disponibilidade do(s) seu(s) fiscal(is) para acompanhamento minucioso da execução. Responsabilização financeira pela CONTRATADA, sem ônus para a CBTU.
2.11	Falta de recursos, por parte da CONTRATADA, para a execução	A CONTRATADA não possui os recursos ou não obtém financiamento para a execução	CONTRATADA	Alta	Muito baixa	Exigência prevista no TR ou Instrumento Contratual de disponibilidade de caixa ou de carta de instituição financeira assegurando liquidez. Início da execução apenas quando apresentada comprovação de que a CONTRATADA contratou seguros e garantias contratuais exigidas no TR.

MATRIZ DE RISCO

2.12	Falência da CONTRATADA ou de subcontratada	Falência da CONTRATADA ou de empresa envolvida diretamente na execução	CBTU	Média	Muito baixa	Exigência de demonstrativos financeiros da CONTRATADA prevista no TR ou Instrumento Contratual.
						Solicitação de reparo econômico pelo seguro.

3. RISCOS AMBIENTAIS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
3.1	Custos ambientais	Custos excessivos para atendimento de normas ambientais	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Todos os materiais, serviços e despesas correlatas são obrigação da CONTRATADA dentro do preço ofertado, devendo ela arcar com os custos decorrentes de erros orçamentários. Em caso de comprometimento da execução contratual por conta disto, cabe à fiscalização da CBTU, prezando pelo benefício à companhia, decidir se acatará as justificativas da CONTRATADA e solicitará reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou se aplicará as sanções previstas.

4. RISCOS LEGAIS E/OU REGULATÓRIO

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
4.1	Mudança das normas	Alterações na legislação ou outras normas que impliquem em aumento de custos	AMBOS	Média	Baixa	Respeito ao ato jurídico perfeito, estabilidade institucional e contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.
4.2	Alteração da carga tributária	Alteração da carga tributária incidente sobre o CONTRATO	AMBOS	Baixo	Média	Reequilíbrio econômico-financeiro.
4.3	Direito Empresarial e Societário	Custos advindos do não cumprimento da legislação empresarial e/ou societária por parte da CONTRATADA	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Previsão contratual de cumprimento das normas societárias. Sanções contratuais impostas à CONTRATADA.
4.4	Direito do Trabalho	Custos advindos do não cumprimento da legislação trabalhista por parte da CONTRATADA	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Previsão contratual de obrigatoriedade de atendimento das normas trabalhistas.

MATRIZ DE RISCO

						Sanções contratuais impostas à CONTRATADA.
--	--	--	--	--	--	--

5. RISCOS CONTRATUAIS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
5.1	Rescisão do CONTRATO	Rescisão contratual por consenso entre as partes	AMBOS	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO, arbitragem.
5.2	Rescisão do CONTRATO por decisão judicial	Rescisão judicial por ação movida pela CBTU	CONTRATADA	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO.
5.3	Anulação	Anulação do CONTRATO por vícios insanáveis	CBTU	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO, arbitragem.
5.4	Término do CONTRATO por força maior	Término antecipado do CONTRATO causado por evento natural catastrófico	AMBOS	Alta	Muito baixa	Contratação de seguros por parte da CONTRATADA, indenização, arbitragem.

6. RISCOS DA LICITAÇÃO

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
6.1	Licitação vazia	Dificuldades impostas no TR/EDITAL pela CBTU	CBTU	Alta	Baixa	Conferir exigências de qualificação das empresas durante a pesquisa de mercado, divulgação previa, consulta pública do EDITAL.
6.2	Impugnação do certame	Dificuldades impostas pela CBTU para habilitação e aceitação de proposta	CBTU	Alta	Baixa	Pesquisa de mercado bem elaborada. Anulação por vício insanável.
6.3	Alto índice de impetração de recurso administrativo	Textos com interpretação ambígua, falta de definição clara, exigências incomuns e não destacadas	CBTU	Alta	Baixa	Revisão de textos, anulação por vício insanável.

[illegible]